#### **Senhor Presidente:**

Ao cumprimentá-lo, estamos remetendo para apreciação dessa Casa Legislativa o **Projeto de Lei nº 072/2022** que "**Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023**".

Sendo o que tínhamos para o momento e contando com o apoio desta Casa Legislativa, despedimo-nos,

Guaíba, 31 de outubro de 2022.

Atenciosamente,

# MARCELO SOARES REINAL PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.

VER. MARCOS SIDNEY DE OLIVEIRA, M.D. Presidente da Câmara Municipal, Guaíba/RS.



PLE 072/2022 - AUTORIA: Executivo Municipal

PLE 072/2022 - AUTORIA: Executivo Municipal

### PROJETO DE LEI N° 072/2022

ESTIMA A RECEITA E FIXA A MUNICÍPIO **DESPESA** DO DE GUAÍBA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

## CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:
- I o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

### **CAPÍTULO II** DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 496.463.800,00 (Quatrocentos e noventa e seis milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e oitocentos reais).





#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### **GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

#### Seção II

#### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 496.463.800,00 (Quatrocentos e noventa e seis milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e oitocentos reais).

#### sendo:

- I No Orçamento Fiscal, em R\$ 386.463.800,00 (trezentos e oitenta e seis milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e oitocentos reais);
- II No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões);
- Art. 5º Integram esta Lei, nos termos do art. 7 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

#### Seção III

#### Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

- Art. 6º Fica autorizado ao Poder Executivo a abrir por Decreto créditos adicionais suplementares na Administração Direta e Indireta, observados os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:
- I da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43,  $\S$  1 $^{\circ}$ , inciso III, da Lei n $^{\circ}$  4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 30 % do somatório da despesa fixada;
- II da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais incluindo os valores destinados a emendas impositivas;
  - III de excesso de arrecadação proveniente:
  - de receitas vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;





#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### GABINETE DO PREFEITO

- de recursos livres ou ordinários:
- IV Incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2023 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.
- § 1°. O limite para a abertura de créditos suplementares de que trata este artigo, no inciso I, é autorizado individualmente para a administração direta Poder Executivo e Legislativo e para cada entidade da administração indireta.
- § 2°. A abertura de créditos suplementares no Poder Legislativo se dará por Resolução com a indicação dos recursos de que tratam o Inciso I, II e IV deste artigo.
- Art. 7º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:
- I de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;
- II dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 Sentenças Judiciais;
- III dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

# CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- Art. 08 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.
- Art. 09 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.



### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### **GABINETE DO PREFEITO**

Art. 10. O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 31 de outubro de 2022.

### MARCELO SOARES REINALDO, PREFEITO MUNICIPAL.

Registre-se e Publique-se.

Juliano de Mattos Ferreira, Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.



